

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A OCUPAÇÃO HOLANDESA NO RN:
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA**

Jorge Luiz Rodrigues Oliveira

Natal/1999

JORGE LUIZ RODRIGUES OLIVEIRA

**A OCUPAÇÃO HOLANDESA NO RN:
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História, sob a orientação da Prof^ª Denise Monteiro Mattos e co-orientação da Prof^ª Fátima Martins.

Natal/1999

AGRADECIMENTOS

**Agradeço a Deus, por ter vencido às
dificuldades e assim, concluído este trabalho.**

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO.....	05
II – A ocupação holandesa no Nordeste brasileiro.....	07
1 – A situação de Portugal e Espanha na Europa a partir do século XV.....	07
2 – O desenvolvimento marítimo-comercial da Holanda e os conflitos com a Espanha.....	09
3 – Os holandeses no Nordeste brasileiro.....	11
III – A ocupação holandesa no Rio Grande do Norte, segundo a historiografia clássica norte-riograndense.....	18
1 – Como se deu a ocupação.....	18
2 – A atitude dos holandeses para com a capitania.....	21
3 – Os movimentos de reação e os interesses holandeses no Rio Grande...	26
IV – Análise sobre a bibliografia regional clássica acerca do tema.....	31
1 – Identificação e reflexão sobre essa produção.....	31
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
VI – BIBLIOGRAFIA.....	38

I - INTRODUÇÃO

Este estudo teve por finalidade desenvolver uma análise da historiografia norteriograndense acerca da ocupação holandesa na Capitania do Rio Grande, que esteve sob domínio flamengo por um período flamengo por um período de vinte e um anos (1633-1654).

A produção historiográfica que trata da presença holandesa no Nordeste brasileiro, pouco destaca de significativo em relação ao nosso Estado, haja vista que, privilegia nitidamente a Capitania de Pernambuco, que foi a sede do Brasil holandês, e por conseguinte, pouco se detém às outras capitanias, e sobretudo a do Rio Grande, identificada invariavelmente como localidade abastecedora de gado para as áreas produtoras de açúcar no Nordeste brasileiro.

Tendo em vista esta realidade, se reveste de grande importância a produção historiográfica dos autores potiguares que procuraram relatar essa fase de nossa história. Dentre esses autores, destacamos como objeto para estudo, Hélio Galvão, Câmara Cascudo, Tavares de Lira e Olavo Medeiros Filho, que se detiveram de forma mais significativa em registrar a presença holandesa no Rio grande do Norte.

Embora sejam importantes como estudos mais minuciosos desse período, os trabalhos realizados por esses autores seguem uma tendência descritiva, de relato factual dos acontecimentos, sob um prisma nitidamente identificado com nossos primeiros colonizadores, os portugueses. É evidente ainda, a organização cronológica dos acontecimentos, que são narrados a partir dos registros oficiais e de cronistas da época, em que são valorizados personagens e fatos isolados, em detrimento de uma abordagem mais interpretativa.

Tendo em vista estas restrições, este trabalho procurou direcionar as atenções para estas limitações, que procuramos identificar, para que com isso se perceba a necessidade de revisão no tocante ao modo pelo qual a história da ocupação holandesa na Capitania do Rio Grande foi produzida.

Para a realização desse estudo, procedemos a análise da historiografia produzida pelos quatro autores já citados, bem como de outros autores que se detiveram com essa temática, e ainda, foram consultadas produções voltadas para a perspectiva teórica de produção histórica.

Tendo em vista a execução desses procedimentos, dividimos este trabalho em três capítulos. No primeiro procuramos mostrar a invasão holandesa no Nordeste brasileiro conforme a historiografia geral existente. No segundo, visamos realizar uma síntese dos principais fatos ocorridos durante a ocupação da Capitania do Rio Grande, segundo a ótica dos autores selecionados. E finalmente no terceiro capítulo, procuramos empreender uma análise sobre a forma em que essa produção regional clássica foi elaborada, tendo por objetivo, levantar a possibilidade de se vislumbrar um novo caminho a ser trilhado na abordagem da história desse período.

II- A OCUPAÇÃO HOLANDESA NO NORDESTE BRASILEIRO

1 - A situação de Portugal e Espanha na Europa a partir do século XV

Os países Ibéricos lançaram-se na vanguarda da expansão comercial, tendo o Oceano Atlântico como meta a ser vencida em busca de novas rotas comerciais.

A Portugal sobretudo, coube a primazia dessa empresa, que foi possível pela reunião de vários fatores favoráveis, como a interligação de Lisboa como ponto de escala entre o comércio mediterrâneo e o restante da Europa, o afluxo de capitais mercantis genoveses e flamengos, assim como a centralização política que Portugal havia conquistado, a partir da Revolução de Avis, que levou ao poder D. João I, fundador da dinastia de Avis, que impediu a subordinação de Portugal ao Reino de Castela. Sob o auspício da burguesia e do Estado Absolutista criaram-se as condições para desvincular Portugal de um sistema feudal voltado para às benesses da aristocracia. (CALMON, 1981:377-381)

Foi a dinastia de Avis que promoveu a empresa mercantil expansionista, a partir da conquista de Ceuta em 1415, até as conquistas de novas rotas comerciais para as Índias via Atlântico, e destacando-se o descobrimento do Brasil em 1500. (LINHARES, 1990:16-26)

A Espanha por sua vez, lançou-se tardiamente em relação a Portugal na busca de novas rotas marítimas para as Índias, devido as guerras da Reconquista, para expulsar os muçulmanos, só concluída com a conquista de Granada em 1492, como também pela ausência de uma unidade política territorial, só alcançada com o casamento dos reis de Castela e Aragão, Isabel e Fernando, tornando então com a retomada de Granada, a Espanha um estado nacional. (CALMON, 1981:138-141)

No mesmo ano de 1492, os chamados reis católicos voltaram-se para a conquista de um novo caminho marítimo para o oriente, só que seguindo o caminho do ocidente, já que os portugueses detinham a precedência da rota atlântica via costa da África. As iniciativas espanholas resultaram na descoberta da América por Cristovão Colombo e a posterior exploração das fabulosas riquezas minerais, no sul oriental das Américas, que elevou a Espanha à condição de maior potência da Europa no século XVI. (HOLANDA, 1989:33-34)

No ano de 1578, D. Sebastião, rei de Portugal, morreu em combate, contra os árabes, na batalha de Alcácer-Quibir, no norte da África, e como não deixou herdeiros, o trono

de Portugal foi ocupado então pelo seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, que doente e já bastante debilitado, veio logo a falecer, deixando vaga a coroa portuguesa. (FEIST, 1998:16) Estava encerrada então a dinastia de Avis, que em 1385 impediu a subordinação de Portugal ao Reino de Castela.

Felipe II, da dinastia dos Habsburgos, que desde 1556 governava a Espanha, era descendente em linha direta do rei português D. Manoel, o venturoso, reivindicou então para si o Trono de Portugal, que foi logo invadido com facilidade, dada a supremacia militar da Espanha, e assim de 1580 até 1640, o rei da Espanha passou ao mesmo tempo a ser também rei de Portugal. (HOLANDA, 1985:176-177)

Esse episódio representou a cristalização da decadência de Portugal, que havia sido a primeira nação a se unificar e a lançar-se na expansão comercial marítima, e havia tornado-se detentora exclusiva da rota marítima pela África até as Índias e dessa forma, auferia altos lucros com a revenda dos produtos lá comprados na Europa, porém, vários eram os fatores que entravaram a manutenção dessa hegemonia: os gastos com as fortalezas e os patrulhamentos realizados nas costas do Brasil e nos entrepostos da África, e sobretudo, a política da coroa portuguesa que monopolizando a empresa mercantil, aplicou grande parte desses lucros obtidos, em obras dispendiosas, e privilegiava ainda a aristocracia decadente, relegando assim a burguesia a um segundo plano. Diante dessa situação, a coroa recorreu a política de elevação de impostos e a empréstimos à banqueiros flamengos e italianos, acarretando num acúmulo de dívidas e no colapso da economia, que não soube ser conduzida do capital comercial, para o industrial, quando as condições gerais eram as mais favoráveis. (HOLANDA, 1985:176-180)

A consequência imediata da subordinação de Portugal à Espanha, foi que as colônias portuguesas passaram a pertencer à casa real do Habsburgo, e dentre elas, o Brasil naturalmente. Assim, as relações amistosas e comerciais entre Portugal e Holanda deixaram de existir, haja visto que, a Holanda vinha de uma guerra contra o jugo espanhol, e com isso, interrompeu-se o comércio de açúcar e de escravos mantidos entre Holanda e Portugal. E dessa forma, a Espanha irrompeu o século XVI, detendo a hegemonia mundial da empresa mercantil, porém, com sua economia utilizando os mesmos procedimentos que levaram Portugal ao declínio no final do século XV. (LINHARES, 1990:40-45)

2- O desenvolvimento marítimo-comercial da Holanda e os conflitos com a Espanha

A Holanda, cuja denominação generaliza os Países Baixos, mesmo antes de se tornar independente da Espanha, já se constituía numa das regiões de maior prosperidade econômica da Europa, principalmente no setor têxtil, formando então uma poderosa burguesia mercantil, que contava com o respaldo do rei da Espanha Carlos V, pai de Felipe II. (FIEST, 1998:10)

Esse panorama foi modificado com a ascensão ao trono de Felipe II, e essa mudança se deveu principalmente a questões de natureza religiosa, haja visto que, os Países Baixos adotaram a doutrina de Reforma da Igreja Católica, sob a orientação de João Calvino, tornando-se então calvinistas, em oposição ao católico Felipe II, que impôs uma política de opressão aos adeptos da Reforma Protestante (HOLANDA, 1985:184), mediante a criação de novos impostos e a supressão da autonomia política desses países, o que veio a resultar em revoltas que se transformaram em guerras de independência que se definiram na divisão dos Países Baixos, onde os do sul permaneceram unidos a Espanha, enquanto “...os burgueses calvinistas do norte formaram a União de Utrecht (1579), contando com a ajuda da Inglaterra de Elizabete I.” (FIEST, 1998:08) Com o tratado União de Utrecht formou-se a República Unida da Holanda, o nome Holanda era proveniente da província mais rica e poderosa da recém criada república (FIEST, 1998:11).

No decorrer das lutas contra a Espanha de Felipe II, a Holanda procurou conquistar colônias dos luso-espanhóis, realizando pilhagens às antigas possessões portuguesas na África e no Brasil, e quando em 1609 foi estabelecido um acordo conhecido como Trégua dos Doze Anos, a Holanda aproveitou-se para expandir o seu comércio marítimo, que se beneficiou com o envolvimento da Espanha na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), fruto de um conflito religioso entre católicos e protestantes, e que terminou como uma luta pelo poder sobre o continente. (FIEST, 1998:12)

Dessa forma os holandeses logo se tornaram senhores absolutos dos mares, e contando ainda com os créditos bancários dos países envolvidos no conflito, que eram descontados nos bancos de Amsterdam, favorecendo ainda mais a prosperidade local. (FIEST, 1998:12)

A Holanda apresentava uma característica diferente para a concepção econômica da época: *“O capitalismo mantido através de empresas ou consórcios comerciais e dominando o Estado ao invés de ser por ele dominado.”* (HOLANDA, 1985:184) Dessa forma foi criada a Companhia das Índias Orientais que tinha por objetivo controlar e proteger o comércio com o Oriente, assim como capturar navios espanhóis que saíam do Peru e do México carregados de ouro e prata. Com o êxito obtido com a companhia criada, os holandeses fundaram então a Companhia das Índias Ocidentais, com o intuito de estabelecer colônias agrícolas na América, e sobretudo no Brasil.

A Companhia das Índias Ocidentais passou pelo contrato firmado, a deter o monopólio, do tráfico, da navegação, da conquista e do comércio nos territórios situados entre a Terra Nova e o Estreito de Magalhães, num lado do Oceano Atlântico, e entre o Trópico de Câncer e o Cabo da Boa Esperança, no outro lado. (FIEST, 1998:14)

Para obter sucesso nessa grandiosa empresa, a Holanda construiu numerosas embarcações formando uma frota naval poderosa, e colocou soldados e equipamentos bélicos à disposição da Companhia das Índias Ocidentais, que isenta de impostos, deveria apenas arcar com os custos de manutenção das terras conquistadas. A Companhia das Índias Ocidentais era administrada por um grupo de homens que formavam o chamado Conselho dos Dezenove, que podiam nomear funcionários civis e militares, fretar navios, alistar tropas, inspecionar embarcações nas suas áreas de controle e vender às mercadorias, *“...quer fosse a carga resultante de comércio legítimo, quer fosse fruto de pirataria contra os espanhóis”*. (FIEST, 1998:14)

Nesse mesmo período, os lucros com o comércio de açúcar eram grandiosos, e fez crescer o interesse flamengo pelo litoral nordeste do Brasil, que produzia uma grande quantidade do produto, e era uma região já conhecida pelos holandeses que a freqüentavam desde os tempos em que as transações comerciais com os portugueses fluíam amistosamente, sendo a Holanda então responsável pelo refino e a revenda deste produto com a Europa. O governo holandês e o Conselho dos Dezenove decidiram então pela conquista do nordeste do Brasil, o que se deveu por vários motivos, dentre eles a animosidade dos portugueses que lá habitavam em relação ao domínio espanhol e a possibilidade de exploração do tráfico negreiro. A companhia acreditava também que os lucros obtidos com o açúcar cobririam as despesas da conquista, além de que, pretendiam *“...enfraquecer a Espanha, através da*

conquista de uma região produtora de açúcar, seria um investimento capitalista duplamente importante para a Holanda, pois teria objetivos econômicos e políticos conjugados.” (HOLANDA, 1985:184) Estava então estabelecida as diretrizes para a conquista do nordeste brasileiro, e o local escolhido para o ataque foi Salvador, capital da colônia.

3 – Os holandeses no Nordeste brasileiro

A primeira investida holandesa no Brasil ocorreu em maio de 1624, tendo como meta a conquista da cidade de Salvador, capital da colônia, julgava-se que o controle do centro administrativo facilitaria o domínio sobre todo o território. Assim, uma esquadra composta de 26 navios, 3.300 homens e 450 peças de artilharia voltou-se contra Salvador, que já tinha conhecimento prévio das intenções holandesas, embora o governador da Bahia, Diogo de Mendonça Furtado, não tivesse tomado nenhuma providência para impedir o iminente ataque. (FIEST, 1998:20) Em menos de 24 horas a cidade caiu em poder dos holandeses.

A repercussão na Europa foi imediata e logo organizou-se uma esquadra luso-espanhola, que chegou em Salvador em 1625. Essa esquadra, a maior já deslocada para essa região, após um mês de lutas conseguiu libertar Salvador, em abril de 1625. (HOLANDA, 1985:236) Nesses combates contaram, com o precioso auxílio dos colonos que, após a fuga, se reagruparam e se organizaram em grupos de guerrilhas, movidos inclusive pelo apelo religioso do bispo D. Marcos Teixeira, que mobilizou os moradores à luta utilizando o apelo da religião. Assim, a luta contra os holandeses foi apresentada também como uma “resistência aos heréticos calvinistas”.

Essa derrota holandesa juntou-se a outras mais, sofridas na África e nas Antilhas, mas que foram amplamente compensadas pelos lucros dos saques a navios portugueses e sobretudo a apreensão nas Antilhas de um enorme carregamento de prata proveniente do México, que compensou todos os malogros anteriores (HOLANDA, 1985:237), e deu aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a autoconfiança para tentar a conquista da Capitania de Pernambuco.

Em 1630 os holandeses investiram contra Pernambuco, com uma esquadra de 70 navios, 7.280 homens e 1.160 peças de artilharia. (FIEST, 1998:24) Dessa feita, os holandeses já não mais se interessavam somente pelas pilhagens, pretendiam estabelecer uma colônia de

rendimento, desistindo da Bahia, visavam então *“...a mais rica de quantas ultramarinhas o reino de Portugal tem.”* (CALMON, 1981:531)

Os holandeses além de melhor preparados militarmente, nessa nova tentativa, contavam com preciosas informações sobre as condições de defesa da praça, do melhor local para desembarque das tropas, assim como de informações da condição de Pernambuco como maior produtor de açúcar no mundo de então, produzindo por cerca de 120 engenhos na capitania e nas outras circunvizinhas. (HOLANDA, 1985:237)

A luta se iniciou e ficou evidenciada a superioridade flamenga, que dominou Recife e Olinda sem maiores dificuldades, apesar dos preparativos de defesa preparados pelo governador Matias de Albuquerque, que ao perceber que não conseguiria sustentar a defesa da cidade do Recife, *“...ordenou a seus homens que incendiassem todos os navios e armazéns de açúcar existentes no porto, para impedir que os holandeses lucrassem com sua derrota.”* (FIEST, 1998:27) Recife caiu então sob dominação holandesa e no dia seguinte, Olinda também foi subjugada sem maiores dificuldades. A partir daí, a resistência organizou-se em grupos de emboscadas chefiados por Matias de Albuquerque, que sem condições de enfrentar abertamente um inimigo mais poderoso, aplicou uma tática de ataques rápidos e de surpresa realizados por pequenos grupos, que se tornou conhecido como *“guerra brasílica”* (FIEST, 1998:30), e que caracterizou os combates entre holandeses e os da terra, que se instalaram no Arraial do Bom Jesus, que era um local estratégico e de difícil acesso aos invasores por ser um local alagadiço, e sobretudo pelo desconhecimento da região pelos flamengos, o que propiciava aos comandados de Matias de Albuquerque *“...controlar os caminhos e os rios que ligavam o litoral ao interior. Diante de tal estratégia, os holandeses praticamente não conseguiram dar um passo sem que os guerrilheiros os atacassem.”* (FIEST, 1998:30)

Toda essa situação levou os combates a um impasse, pois não resultavam em conquistas significativas para nenhuma das partes, limitando apenas as tropas flamengas no Recife e Olinda, porém, sem chances de vencê-los. Embora sitiados nesses locais, os holandeses recebiam regularmente, via marítima, socorros e pequenos novos contingentes (CALMON, 1981:536), até a chegada de uma considerável esquadra de 16 navios, comandada pelo almirante Adriaen Janszoon Pater, em abril de 1630. Matias de Albuquerque solicitou também ajuda ao então soberano espanhol Felipe IV, que após longo entendimento com os portugueses, enviaram uma armada conjunta, composta de 18 navios, com 2.000 homens,

devendo 800 deles desembarcarem na Bahia e o restante em Pernambuco. (CALMON, 1981:536) Os combates se iniciaram em setembro de 1631, os luso-espanhóis comandados por D. Antônio de Oquendo chegaram a obter vantagens no confronto, onde uma nau holandesa, tendo a bordo o almirante Pater foi incendiada e naufragada, os holandeses se evadiram para o litoral do Recife, Oquendo desembarcou suas tropas. Supondo que estas eram numerosas, *"...os holandeses resolveram, se concentrar na defesa do Recife e abandonar Olinda, depois de incendiá-la em novembro de 1631."* (FIEST, 1998:32)

Oquendo seguindo orientações prévias da Espanha, partiu com suas tropas rumo as Antilhas, afim de escoltar os galeões espanhóis, a chamada "frota de prata" para a Espanha (CALMON, 1981:538), fato esse, que possibilitou a reorganização flamenga, que passou a contar com um valiosíssimo aliado, o brasileiro Domingos Fernandes Calabar, soldado experiente e grande conhecedor da região, que ao oferecer os seus préstimos aos holandeses, modificou o panorama de equilíbrio entre os flamengos e os grupos de emboscada de Matias de Albuquerque. Calabar articulou e conduziu os holandeses na vitória contra a cidade de Igaracú, empreendendo a partir de então, a expansão pelo litoral nordestino com a conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte. É em 1635 caiu finalmente o Arraial do Bom Jesus, essas conquistas forçaram Matias de Albuquerque a retirar-se com os seus para Alagoas (FIEST, 1998:35), onde aproximaram-se de Porto Calvo que estava em poder dos holandeses, mas que logo foi derrubado por intermédio das informações de um certo Sebastião de Couto, amigo de Calabar. Os flamengos menosprezaram o inimigo, e sofreram terrível derrota que animou os guerrilheiros a cercarem Porto Calvo, que sem condições de resistir ao cerco aceitou a capitulação, porém, Matias de Albuquerque impôs que lhe fosse entregue, Calabar símbolo da traição nacionalista aos invasores, *"...Calabar voluntariamente se entregou aos guerrilheiros, garantindo a salvação dos invasores sitiados."* (FIEST, 1998:36) Matias de Albuquerque mandou julgá-lo de forma sumária por um conselho de guerra, que o condenou à morte, por estrangulamento diante de toda a tropa, como exemplo de *"...traidor que tantos infortúnios causara à terra e à gente."* (CALMON, 1981:604).

A essa altura dos acontecimentos, o domínio holandês no Nordeste brasileiro já estava praticamente consolidado, porém, a Companhia das Índias Ocidentais, despendeu altos custos na conquista, tornou-se então necessário, empreender uma política mais efetiva com relação a produção de açúcar nas áreas ocupadas. Para incrementar esses procedimentos que

requeriam um administrador capaz de dar unidade ao governo estabelecido, foi convocado o Conde João Maurício de Nassau, reconhecido como grande soldado, bom administrador e identificado com as artes e ciências.

Nassau, tratou de ampliar a conquista territorial, e em 1641, o domínio holandês abrangia desde o Sergipe até o Maranhão, das quatorze capitanias brasileiras, sete estavam sob o controle de Maurício de Nassau. (HOLANDA, 1985:239)

Nassau procurou incentivar os grandes proprietários a produzirem, através de créditos da Companhia das Índias Ocidentais, que puderam assim, reaparelhar seus engenhos, recuperar suas plantações e comprar mais escravos, medidas que se fizeram necessárias, haja visto que, desde o início do conflitos, muitos moradores decidiram abandonar suas propriedades e fugir, desprezando os canaviais e assim, os engenhos ficaram sem nada produzir, acarretando enormes prejuízos à Companhia. (HOLANDA, 1985:241-242)

Os holandeses na realidade, encontraram um Brasil já organizado economicamente e baseado no sistema de produção monocultura latifundiária, e verificou-se que sem a ajuda e a experiência dos colonos portugueses, os engenhos não poderiam ser administrados, e com isso gradativamente os engenhos foram voltando aos antigos donos portugueses, já que as tentativas de fabrico de açúcar pelos flamengos redundaram em fracasso, tendo em vista as dificuldades peculiares a esse tipo de produção, na qual os holandeses não tinham experiência, e dessa forma, criou-se uma situação paradoxal, os holandeses apesar de dominarem a terra, e os moradores, estes dominavam a economia do país, sobre a qual se baseava a própria Companhia das Índias Ocidentais. (MELLO, 1987:132-133)

Nassau logo compreendeu que para conseguir os objetivos da Companhia, de alcançar uma grande produção de açúcar, deveria implementar a colonização efetiva do território sob sua administração, para isso, tentou junto ao Conselho dos Dezenove que fossem enviados colonos para o Brasil, no que não foi atendido (FIEST, 1998:43), Nassau, porém, adotou uma política de conciliação em relação aos luso-brasileiros em Pernambuco, assim como estabeleceu liberdade de culto religioso aos católicos e aos judeus, atitude que provocou protestos nos calvinistas mais radicais da Companhia (HOLANDA, 1985:240), adotou medidas contra os efeitos da monocultura no Nordeste, pois os senhores de engenho e lavradores voltados para os lucros do açúcar, não se preocupavam em cultivar gêneros para subsistência, gerando com isso *"...terríveis crises de abastecimento, em que a farinha da*

mandioca atingia preços excessivos, com o que sofriam todos os moradores, especialmente os mais pobres.” (HOLANDA, 1985:242)

Visando facilitar sua administração, como também integrar os luso-brasileiros ao governo holandês, Nassau realizou reformas administrativas utilizando-se do modelo institucional holandês, são instalados nas capitanias os Conselhos dos Escabinos em substituição às Câmaras Municipais, estes conselhos eram presididos por um Escolteto, que era necessariamente holandês, e cuidava dos interesses da Companhia e da ordem nas províncias, e os demais membros eram luso-brasileiros dentre os mais influentes da localidade.

Nassau, sempre com preocupações estéticas, procurou reformar a cidade do Recife, embelezando-a e a estruturando com calçadas e pontes, e sobretudo, empenhou-se na construção da chamada “Cidade Maurícia”, numa ilha próxima ao Recife, que deveria ser a sede do Brasil holandês, porém sua suntuosidade e os recursos despendidos na sua construção, desagradaram os diretores da Companhia das Índias Ocidentais. (FIEST, 1998:49-51)

O período de permanência do Conde Maurício de Nassau, no Brasil, coincidiu com a presença constante de gente oriunda de vários países, de religiosidades diversas e de várias atividades, já que por essa época, Recife, se tornou um foco de atração, devido a sua intensa relação comercial com a Europa, resultando numa grande movimentação de pessoas nos portos de Recife (MELLO, 1987:52-60), dentre essa gente despontaram os franceses, que prestavam serviços à Companhia, como soldados mercenários, os protestantes refugiados da Europa, assim como os judeus perseguidos pelas autoridades católicas de seus países de origem, e estes como logo dominaram o português, prevaleceram no comércio interno varejista, o que descontentou aos holandeses lá residentes.

Todas essas atitudes de Nassau contrariavam a orientação dos homens da Companhia das Índias Ocidentais, que na realidade enxergavam que o Nordeste do Brasil era apenas uma colônia destinada a dar lucros, não se justificando portanto, tamanhas despesas. Também suas relações amistosas com os portugueses e judeus era motivo de críticas. Nassau, por sua vez, também mostrava-se insatisfeito com a Companhia, que não compreendia que era preciso conciliar as relações com os produtores rurais portugueses que se viam pressionados com os empréstimos contraídos com os mercadores holandeses, e assim não conseguiam saldar as suas dívidas, gerando inquietações sociais em todo o corpo social das províncias e que ganharam um novo impulso pela alteração da conjuntura política na Europa, quando em

1640, Portugal enfim se libertou da Espanha, com a ascensão de D. João IV ao trono português, reascendendo nos luso-brasileiros o desejo de libertação da dominação flamenga. (CALMON, 1981:630-644)

Holandeses e portugueses, antigos aliados comerciais, fizeram um acordo estabelecendo uma trégua de 10 anos, e a Companhia das Índias Ocidentais no Brasil por conseguinte resolveu reduzir o contingente militar, contrariando a Nassau, que logo foi dispensado e substituído por um Conselho Supremo constituído por três membros (FIEST, 1998:41), que adotou uma política de intolerância junto aos proprietários de terra luso-brasileiros, que pelas dívidas tiveram suas propriedades confiscadas, ao mesmo tempo, as manifestações de liberdade religiosa foram suprimidas. Todas essas tensões se manifestaram em formas de rebeliões generalizadas em todas as capitanias ocupadas, com destaque para os levantes no Maranhão, e encontrando seu maior foco em Pernambuco, com a Insurreição de 1645, sob a liderança de André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, abastados senhores de engenho que se revoltam contra a opressão dos diretores da Companhia, e tendo ainda como aliados os grupos de Felipe Camarão e Henrique Dias.

Foram vários os fatores que tornaram os confrontos mais declarados, haja visto que, Portugal por suas relações com a Holanda, não podia posicionar francamente seu apoio aos revoltosos, dessa forma, fatos como o aprisionamento pelos holandeses de um navio português depois do Tratado de Paz entre os dois países, a chamada Traição do Arraial do Gango em Angola ou ainda o levante dos índios no Ceará, abatendo vários holandeses, ou as articulações de André Vidal de Negreiros com os moradores de Pernambuco, tendo como respaldo o apoio velado da coroa portuguesa, tudo isso concorreu para a decisão dos moradores das capitanias de se levantarem contra os holandeses. (HOLANDA, 1989:250-253) Foram então travadas vários combates, como o do Monte das Tabocas em 1645, tendo os rebeldes conquistado a vitória, com o auxílio de tropas enviadas pelo governador da Bahia, Antônio Tales da Silva (CALMON, 1981:668-675), a luta prosseguiu de forma estabilizada por vários anos, já que os holandeses dominavam o mar e com isso se reabasteciam sem maiores problemas, porém, não conseguiram remover os insurgentes de suas posições conquistadas. (HOLANDA, 1989:252)

A esta altura dos acontecimentos, a Companhia das Índias Ocidentais passava por sérias dificuldades em suas finanças, e envolvida em rivalidades internas, demorou a enviar

reforço rumo ao Brasil, que só chegaram em 1646, e deram um novo ânimo aos holandeses sitiados no Recife, que conseguiram retomar algumas posições, inclusive ameaçando investir contra Salvador. (FIEST, 1998:71) Portugal, que a esta altura já tinha sua posição declarada, enviou uma frota em 1647, tendo em vista salvar sua preciosa colônia. Com os lados reforçados, as hostilidades recrudesceram no combate do Monte dos Guararapes em 1648, onde os luso-brasileiros obtiveram ampla vantagem, com os holandeses batendo em retirada. Novo confronto foi realizado nesse mesmo local no ano seguinte, “...*que resultou em nova e mais grave derrota para os flamengos, que perderam mais de mil homens.*” (HOLANDA, 1989:253)

Embora tenham sido importantes as vitórias obtidas nos Montes Guararapes, estas não foram decisivas, pois o Recife continuou sob o poder dos holandeses, e tanto a Holanda como Portugal dispunham de poucos recursos para socorrer seus contingentes que se defrontavam no Brasil. (FIEST, 1998:71-75) Esse impasse se decidiu com a guerra que se instalou entre a Holanda e a Inglaterra em 1652, pelos “Atos de Navegação” que excluíam a Holanda do comércio inglês, esse acontecimento obrigou os holandeses a diminuir o auxílio ao seu contingente no Brasil, ao mesmo tempo em que a Inglaterra enviou ajuda aos combatentes luso-brasileiros (HOLANDA, 1989:251-253). Nesse mesmo período, Portugal percebendo o momento oportuno, decidiu enviar uma nova frota de apoio ao Brasil, essa grande armada portuguesa adentrou o mar do Recife e bloqueou a cidade, propiciando o avanço das tropas que atuavam por terra. Os holandeses por sua vez, encontravam-se em situação de penúria, haja visto que, sitiados e sem receberem suprimentos da Europa, passavam por escassez de alimentos e munições. Toda essa conjuntura assegurou a vitória dos luso-brasileiros, e assim, os integrantes do Conselho que governava o Brasil dos holandeses, anunciaram que estavam dispostos a negociar a rendição, que se concretizou com a reunião das partes num local conhecido como Campina de Taborda, onde foram discutidos os termos de capitulação, que foi assinada em 26 de janeiro de 1654. (CALMON, 680-683)

Foi assim que, após uma longa luta, os brasileiros e os portugueses residentes no Brasil conseguiram expulsar de uma vez por todas os invasores holandeses. Muitos índios participaram da luta...como Felipe Camarão, que chefiou tropas indígenas com bravura e competência...Muitos negros também participaram, colocando sua coragem a serviço dos luso-brasileiros e obedecendo às ordens de seu valoroso comandante Henrique Dias. (FIEST, 1998:74)

III - A OCUPAÇÃO HOLANDESA NO RN, SEGUNDO A HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA NORTE-RIOGRANDENSE

Este capítulo visa mostrar uma síntese dos principais fatos ocorridos durante a presença holandesa no RN, segundo a orientação seguida pelos autores potiguares: Olavo Medeiros Filho, Hélio Galvão, Tavares de Lira e Câmara Cascudo.

1 – Como se deu ocupação

Em 1630 os holandeses já eram senhores da Capitania de Pernambuco (MEDEIROS FILHO, 1998:7), região já bastante desenvolvida em relação as outras capitanias nordestinas, e que veio a se tornar a sede administrativa do Brasil holandês das áreas ocupadas no Nordeste do Brasil.

A conquista do Rio Grande portanto, em virtude de sua proximidade com Pernambuco e de sua baixa densidade populacional, como também de efetivo militar, se tornou então um objetivo eminente a ser alcançado, mesmo porque, os holandeses já haviam visitado o local anteriormente. *“É de julho, 19, 1625, a primeira abordagem flamenga no litoral do Rio Grande, certo capitão Uzeel desembarcando na Barra de Cunhaú foi até o engenho desse nome com um grupo misto, soldados e índios.”* (GALVÃO, 1979:64) Essa primeira incursão holandesa em terras do Rio Grande tinha caráter exploratório, afim de reunir informações para um futuro ataque definitivo, e avaliar as potencialidades econômicas da capitania, *“...o capitão Uzeel com uma partida de soldados e indígenas fez uma entrada a caminho do Rio Grande, encontrou um engenho com 300 caixas de açúcar, e mui numeroso gado...”* (CASCUDO, 1955:61)

Cascudo reporta ainda outra entrada batava em terra potiguar, tendo Adriano Verdonck percorrido a região hoje denominada agreste e o litoral do Rio Grande, com o intuito de colher informações acerca das riquezas naturais a serem exploradas, como também dos aldeamentos existentes nestas localidades. As suas impressões foram apresentadas sob forma de relatório ao Conselho político holandês no Recife.

É de consenso entre os quatro autores analisados, que a partir dessas aproximações, criaram-se as condições para que, em outubro de 1631 se apresentasse no Recife junto ao Conselho político do Brasil holandês um índio chamado Marcial, de etnia Janduí, inimiga dos portugueses, informando que os seus companheiros estavam ansiosos em realizar uma aliança com os holandeses. Tal iniciativa foi de encontro aos interesses dos holandeses que organizaram uma nova incursão ao Rio Grande. O conselho deliberou enviar um iate para colher informações nas terras do Rio Grande, o iate *Nederland*, do Capitão Smient e outro navio pequeno, do Cap. Joast Closter, com Marcial e seu séquito. (CASCUDO, 1955:61)

Os autores reportam unanimemente as ações empreendidas pelos flamengos nessa operação, destacando, o assassinato do português João Pereira pelos invasores e a apropriação dos papéis que ele portava, e que foram importantes para a conquista do Ceará. Uma outra estadia dos batavos no Rio Grande é registrada em dezembro de 1631. Uma esquadra flamenga passou próximo ao Forte dos Reis, mas evitou o confronto e aportou em Genipabú, com o intuito de abastecer-se de víveres e sobretudo de gado, que havia em abundância, e que foram logo saqueados. Enfim, com a experiências de todas essas abordagens, o Supremo Conselho holandês, decidiu por tornar efetiva a ocupação do Rio Grande, “...*assim a 5 de dezembro de 1633 parte do Recife a expedição que iria se apoderar do Rio Grande do Norte.*” (TAVARES DE LIRA, 1982:56)

Todos os autores apontam os líderes dessa empreitada, o almirante Lichthand era o comandante da esquadra, que também conduzia Matias Van Keulen, um dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais e o Ten-Coronel Baltazar Bima, comandante do corpo expedicionário.

A esquadra que era composta de 11 navios e 898 soldados (CASCUDO, 1955:69), desembarcou parte da tropa em Ponta Negra, seguindo os navios para à barra do rio, momento em que a artilharia da fortaleza tentou sem sucesso impedir o acesso à barra, a partir de então, as tropas do coronel Bima, postaram-se nas altas dunas que existiam diante do forte, e iniciaram o ataque ao receberem os reforços dos destacamentos oriundos de Ponta Negra, e após quatro dias de contínuo assédio, “...*na segunda-feira, 12, amanheceu hasteada a bandeira branca.*” (GALVÃO, 1979:68)

Esse episódio de rendição, é descrito por todos, como um ato de traição, compreendido por pessoas estranhas ao contingente do forte e que eram prisioneiros, e dentre eles estava Domingos Calabar, conhecido por ter se aliado aos holandeses na empresa de conquista do Nordeste brasileiro. A imagem do Cap. Pero Mendes de Gouveia, comandante do forte, é sempre preservada, e com exceção de Medeiros Filho, os demais autores se detêm em tornar evidente a insuspeição do Cap. Gouveia nesta entrega negociada do forte, todos fazem destaque a traição, e a impossibilidade de ação do Capitão que estava ferido dos combates. *“Se houve, entretanto, a traição, não foi, por certo do Capitão-mor Pero Mendes de Gouveia, que, segundo documentos insuspeitos, de origem holandesa, estava gravemente ferido.”* (TAVARES DE LIRA, 1982:63)

Cascudo também concordou: *“...gravemente ferido, Pero Mendes de Gouveia protestou contra a rendição, acusando terem-lhe furtado as chaves da porta quando dormia.”* (CASCUDO, 1955:64)

Galvão seguiu o mesmo pensamento: *“Enquanto o Capitão-mor estava em sua cama ardendo em febre, pessoas estranhas ao comando da fortaleza consertavam a rendição”.* (GALVÃO, 1979:70)

Todos reportam a atitude do índio potiguar Jaguarari, que de colaborador dos portugueses, tornou-se prisioneiro, por ter feito há 8 anos contato com os holandeses na Baía da Traição, afim de reaver sua mulher e os filhos. Acusado de desertor entretanto, encontrava-se acorrentado desde então, e por ocasião da tomada do forte, os holandeses encontraram-no ferido e jogado ao pé da muralha do forte, deixado assim para afogar-se e não prestar informações aos invasores. Libertado, tratou de unir-se aos índios de sua aldeia para num “discurso” emocionado, recomendar aos seus, que se mantivessem fiéis ao Rei. Esse “discurso” reproduzido nos livros de Medeiros Filho e Cascudo, foi extraído dos registros de Duarte de Albuquerque, Conde e Senhor de Pernambuco, em Memórias Diárias da Guerra do Brasil, publicado em Madri, 1654:

Aqui me vedes nú e com os sinais ainda fuscados dos ferros que oito anos suportei, por ter comunicado com os holandeses na Baía da Traição, no intuito de tirar minha mulher e meu filho que lá estavam. Havendo-me vencido amor não me valeu ter provado bem minha fidelidade aos muitos anos que servi ao rei, e particularmente na conquista do Maranhão, com muita gente mais, quando Jerônimo de Albuquerque o ganhou dos franceses. Daquela prisão me soltaram agora, por estarem os holandeses sobre o forte do Rio Grande, que, a não ser isso, bem receava em morrer nos ferros. Porém nada há de

ser bastante para manchar minha antiga fidelidade com a qual sempre servi e servirei ao meu rei,...entenda finalmente cada um de vós que se qualquer faltar à obrigação de bom e leal vassalo do nosso rei, eu lhe servirei de verdugo... sem valer-lhe para o tratarem com o mesmo severo vigor, ter procedido com perpétua fidelidade, haviam eles, e ele demonstrá-la muito avantajada, para manifestar melhor a fineza dos bárbaros, a ingratidão dos portugueses...viver melhor entre a ira dos nossos que na amizade dos holandeses.

O destaque dado pelos autores a esse episódio, funciona bem como um elemento de reafirmação das características “nocivas” das intenções flamengas em nosso estado, que se tornou bastante claro a partir do discurso de Jaguarari, que mesmo tendo sido exposto aos maiores sofrimentos pelos portugueses, preferiu manter-se fiel a eles, do que se aliar aos invasores holandeses.

A data de tomada do Forte dos Reis Magos, em 12.12.1663, é também consenso entre os autores, neste dia, os holandeses rebatizaram-no de Kasteel Keulen em homenagem ao diretor da Companhia, e foi nomeado seu comandante o capitão Joris Garstman. *“Tomado o forte, trataram os invasores de conquistar a capitania, o que lhes foi fácil, pobre e quase despovoada como era.”* (TAVARES DE LIRA, 1982:64)

Estava inaugurada então, uma fase de ocupação que perduraria por aproximadamente vinte e um anos.

2 – A atitude dos holandeses para com a capitania

Tendo conquistado o domínio da capitania, os holandeses se estabeleceram na fortaleza, a qual, fizeram centro de suas atividades na região, e logo providenciaram os reparos que se fizeram necessários em virtude dos combates e da vulnerabilidade perante as dunas que a defrontava, e que facilitou a vitória flamenga, já que expôs seu interior ao inimigo.

Foi empreendida uma missão exploratória, onde os flamengos perceberam que *“...na capitania só havia então dois engenhos, o Ferreiro Torto e o Cunhaú, e só tendo sido este último assaltado posteriormente, é fora de dúvida que os expedicionários se dirigiram ao primeiro.”* (TAVARES DE LIRA, 1982:64)

Tavares de Lira relata ainda, que este engenho pertencia a Francisco Coelho e se transformou num refúgio dos moradores de Natal, lugarejos próximos, e dos que habitavam o forte. Estas pessoas estavam lá unidos na esperança de que reforços seriam enviados do Recife

para socorre-lhes. Os holandeses então ao chegarem, foram inicialmente rechaçados, mas “...voltaram, a esmagá-los com a mais revoltante crueldade, secundados pelos tapuias das ferozes tribos dos Janduis, cujo concurso invocaram.” (TAVARES DE LIRA, 1982:65)

Os autores de uma forma geral, fazem uma descrição das minúcias dessas ações, sempre destacando a crueldade empregada pelos holandeses e seus asceclas “tapuias”. O posicionamento de Tavares de Lira, (1982:66), é bem claro:

A conquista estava feita e sobre a capitania ia pesar agora, intolerante e desumana, a tirania militar que devia oprimir, mais tarde, a pequena população de colonos existentes, dizimando-a em terríveis camificinas depois de despojá-las, pelo saque e pelo roubo, de seus poucos haveres.

Cascudo relata o primeiro ataque ao Engenho Cunhaú, em 1634, local em que existia um “fortim”, e concentrava um pequeno núcleo populacional, que em desespero se dispersou pelos campos, tomando o destino de outras localidades, ou então, se filiando aos grupos que se armavam e resistiam à dominação dos holandeses, realizando esporádicos ataques aos engenhos nas épocas de moagem da cana.

É de Cascudo ainda, a informação de que a cidade parece não ter agradado os conquistadores, que autorizaram a edificação de uma nova cidade, que viria a substituir a anterior, já muito decadente, essa nova cidade recebeu a denominação de Nova Amsterdam. Galvão, mostra que os holandeses, em virtude do despovoamento da capitania, agravado pelo fato de seus moradores terem se evadido após a capitulação do forte e dos ataques aos engenhos Ferreiro Torto e Cunhaú, pretendiam “...dar um passo na política demográfica, transferindo parte da população do Ceará, que tinha consideravelmente aumentado, para o Rio Grande, cujos moradores tinham fugido”. (GALVÃO, 1979:77)

Quando a forma administrativa adotada para a capitania, tal qual as demais, o governo holandês conforme orientação do Conde Maurício de Nassau, estabeleceu um sistema administrativo composto por uma “Câmara dos Escabinos” de composição mista entre portugueses e holandeses, presididos por um “esculteto”, delegado do Supremo Conselho, que era necessariamente holandês e tinha ascendência sobre os demais, o que na realidade, determinava a supremacia dos interesses da sede do governo holandês no Recife.

Faz-se necessário ressaltar que embora a conquista da capitania não tivesse oferecido maiores dificuldades, a manutenção e o controle efetivo do território foi uma tarefa

sofrível para os holandeses, haja visto que, as ações de grupos armados “...*dirigidos, entre outros, por Felipe Camarão, Henrique Dias, Francisco Rebelo, Estevão Távora, Sebastião Souto e Vital de Negreiros, mantinham em desassossego os moradores dos campos...*”(TAVARES DE LIRA, 1982:68)

Ainda segundo Tavares de Lira, essas ações de guerrilha demonstravam um ímpeto de resistência dos combatentes à invasão, ao mesmo tempo em que, expunham os colonos remanescentes a uma difícil situação, pois esses se viam perseguidos pelos terços de emboscada, já que eram identificados como traidores por terem permanecido em suas terras, ao mesmo tempo em que eram hostilizados “...*pelos invasores, perversos e fatais nos processos de tortura que inventaram para trucidá-los.*” (TAVARES DE LIRA, 1982:68)

Talvez, todas essas inquietudes, vieram a ajudar a compreender os episódios mais drásticos que ficaram estigmatizados nessa fase de dominação holandesa no Rio Grande.

Os autores apontam uma divergência entre os ideais do Conde Maurício de Nassau, que projetava a edificação de uma colonização efetiva como meio de alcançar os objetivos comerciais da Companhia das Índias Ocidentais, e a avidez de lucros dessa Companhia, que “...*não compreendeu que uma vitória não é elemento exclusivo para legitimar um domínio.*” (CASCUDO, 1955:65)

Dessa forma, os conflitos que se seguiram revestiram-se de um significado de temor a possíveis insurreições, oriundas da falta de uma política mais efetiva de colonização, como também das divergências de natureza religiosa, que desde o início da conquista se fizeram presentes, antagonizando católicos e protestantes, como um elemento a mais em toda essa situação de intolerância.

Medeiros Filho, ao contrário dos demais escritores, procura demonstrar uma intenção dos holandeses em realizar benfeitorias na capitania, como as obras na Lagoa de Extremoz, afim de facilitar a comunicação dessa localidade com o centro administrativo da capitania. Outra empresa dos flamengos, destacada por Medeiros Filho, são os esforços para construir um canal que ligasse a Lagoa de Guarairas com o mar, pois segundo ele, “...*em Guarairas havia uma quantidade incrível de peixes e a região produzia farinha em grande escala.*” (MEDEIROS FILHO, 1998:93)

Através da enumeração dessas obras, Medeiros Filho em grande parte de seu livro, tenta mostrar que os flamengos pretendiam perpetuarem-se no Rio grande, como nas demais

capitanias nordestinas, no que diverge dos outros autores que repassam a imagem do holandês explorador, com o intuito de exaurir os recursos existentes, sem qualquer preocupação de programar diretrizes que possibilitassem um processo de colonização mais efetivo.

Embora, haja esse aspecto na abordagem da ocupação holandesa no Rio grande, o que predomina nos relatos analisados, é o destaque para as atitudes dos holandeses em relação aos habitantes da capitania, onde são destacados os morticínios de Cunhaú e Uruaçu, que ficaram identificados à presença dos holandeses no Rio Grande do Norte.

O chamado massacre do Engenho Cunhaú é descrito por todos os autores com minúcias, apontando sempre os requintes de crueldade empreendidos pelos holandeses, capitaneados por Jacó Rabi, delegado holandês junto aos “tapuias”, que com a ascendência exercida sobre estes, praticava “...*sem escrúpulo e sem caridade, saques, sacudindo os Janduis como uma matilha adestrada e fiel para estraçalhar os colonos, reservando-se melhor parte e escolhido quinhão no botim.*” (CASCUDO, 1955:66)

Segundo os autores, utilizando-se de sua função. Jacó Rabi chegou ao Engenho Cunhaú, e convocou os moradores para se reunirem na missa do dia seguinte, afim de informá-los de novas instruções do governo do Recife. Iniciada a missa, ao comando de Jacó Rabi, os “tapuias” abateram-se sobre os fiéis com cacetetes, trucidando a todos, inclusive o padre André de Soveral, “...*morreram nessa manhã sangrenta todos os que estavam na igreja escapando apenas Gonçalo de Oliveira e dois ou três criados, pendurados pelo telhado.*” (GALVÃO, 1979:86)

Os colonos das imediações ao tomarem conhecimento dessa matança, se refugiaram na casa de João Lostao Navarro, sogro de Joris Garstman, então comandante do Forte Keulen. Jacó Rabi cercou a casa guarnecida apenas por uma paliçada, onde se abrigavam os colonos. Repelido a princípio, Jacó Rabi retornou com reforços, afirmando que estava ali para protegê-los em segurança para o forte, conseguiu embora com desconfiança persuadi-los a irem em sua companhia até a fortaleza, onde estiveram por breve tempo, já que, segundo os autores, por ordem de Adriaen Bullestraeten, membro do Supremo Conselho Holandês, os colonos que haviam sido conduzidos para o forte, deveriam então retornar à paliçada de onde foram retirados, e “...*são conduzidos rio acima e chegam a um lugar que para a navegação era porto e para o martirio teatro, na frase imaginosa de Frei Rafael de Jesus.*” (GALVÃO, 1979:89)

Segue-se então uma enumeração das “atrocidades” cometidas pelos holandeses e seus aliados “tapuias”, e entre os autores, Medeiros Filho é o que mais se detém em relatar estes acontecimentos, que são mostrados em capítulo a parte, onde é destacado a convicção dos colonos em sua religião católica:

Desembarcados os portugueses e os guardas holandeses, foram os primeiros obrigados a se despirem e mandados pôr de joelhos. Em seguida foram cercados pelos indigenas, que se aproximaram com gestos e gritos hediondos. Um predicante trazido pelos holandeses tentou convencer os prisioneiros, de que os mesmos poderiam ser poupados se abjurassem a fê católica, aderindo à igreja reformada. Recusando o que lhes era proposto, trataram os portugueses de se despedirem um dos outros, “animando-se com notável admiração daqueles bárbaros. (MEDEIROS FILHO, 1998:114)

Os relatos de todos os autores, destacam o fato que os prisioneiros não foram apenas assassinados pelos holandeses e índios, mas sim trucidados, e seus órgãos e membros dissipados de seus corpos, sem distinção entre homens, mulheres ou crianças.

Os autores transcrevem os relatos do frei Rafael de Jesus, que exalta a coragem e a fê dos colonos portugueses: “Mateus Moreira foi aberto pelas costas e lhe arrancaram o coração. A exclamação derradeira é uma profissão de fê eucarística: “Louvado seja o Santíssimo Sacramento” (GALVÃO, 1979:90).

Baseado nas narrativas de cronistas portugueses, Medeiros Filho enumera vários acontecimentos sobrenaturais, ocorridos após os morticínios de Uruaçu, como:

...um forte aroma de incenso, procedente do céu...a licença para o sepultamento, somente ocorreu após quinze dias do massacre. Chegadas as mulheres ao local das mortes, depararam-se com os corpos “intactos de bichos e aves que lhes não tocaram, sendo que ali não faltavam. (MEDEIROS FILHO, 1998:116)

A repercussão dessas chacinas foi amplamente negativa para os holandeses, pois reascendeu as investidas dos grupos de guerrilhas que intensificaram as ações contra os estabelecimentos holandeses no Rio Grande, e principalmente com o assassinato de João Lostao Navarro em Uruaçu, prenunciou a morte de um dos mentores dessa ação, o alemão Jacó Rabi, que exercia sólida relação de amizade com os “tapuias”. Lostao Navarro era sogro de Joris Garstmam, então Tenente Coronel das tropas holandesas, que articulou como vingança, o assassinato de Jacó Rabi, “...os “tapuias” exigiram a cabeça de Garstmam, e

como tardasse o deferimento, enviou Janduí representantes expressos a Pernambuco, afim de pressionar os dirigentes da companhia.” (GALVÃO, 1979:95)

Por essa ocasião, ainda segundo Galvão, o chefe Janduí exigiu do Supremo Conselho, que Gastmam lhe fosse entregue para ser julgado conforme os seus costumes, e como tal pedido foi negado, “...a partir daí, os tapuias esfriaram suas relações com os holandeses.” (GALVÃO, 1979:100)

Tavares de Lira, de uma forma geral, atribui as matanças ao desespero dos holandeses, pelas perdas que lhes vinham sendo impostas pelos grupos de guerrilha, e a necessidade de preservar a qualquer custo a ocupação da capitania, onde existiam grande criação de gado, importante para a sustentação do Recife e as outras capitanias, e assim “...procuraram apavorar, com exemplos de crueldade sem igual, os restos de portugueses, reinois, ou não que por ali viviam.” (TAVARES DE LIRA, 1982:80)

Além disso, a intolerância religiosa foi um aspecto em que todos os quatro autores apontam como elemento fundamental na origem desses conflitos, e que aliado a necessidade de preservação de uma localidade abastecedora de gado contra as insurreições, venham em conjunto a explicar as ações holandesas em Cunhaú e Uruaçu.

3 – Os movimentos de reação e os interesses holandeses no Rio Grande

Embora durante todo o período de permanência holandesa no Rio Grande, a manutenção da conquista não tivesse sido tarefa tranquila, haja visto que as investidas de grupos de resistência nunca deixaram de existir, essas ações se intensificaram a partir da “...notícia dos massacres, que despertou uma onda de revolta na tropa dos “independentes.” (CASCUDO, 1955:70)

João Barbosa Pinto, em fins desse 1645, vem a Cunhaú e vinga como pode o sangue derramado. Em 27 de janeiro de 1646. D. Antônio Felipe Camarão bate Rhineberg, arrebanha gado e volta triunfante.

É uma constante os relatos de predominância do gado como principal característica da Capitania do Rio Grande, que competia com a zona do Rio São Francisco na atividade pastoril, “...milhares e milhares de cabeças esperavam apenas quem as apanhasse e levasse.” (CASCUDO, 1955:78)

Havia também uma produção de farinha de mandioca, que antecedeu a indústria do açúcar, e que na realidade se resumiu ao engenho Ferreiro Torto por um curto período e o engenho Cunhaú, o único de fato produtivo nessa época.

“O Rio Grande era portanto, a única região de onde se recebiam quantidades ponderáveis de farinha e gado que minoravam em parte a escassez de gêneros reinante no Recife.” (CASCUDO, 1955:78)

Cascudo, afim de destacar a importância do gado do Rio Grande do Norte, chega a afirmar que o *“...gado explicava Cunhaú, casa de Lostao Navarro, Uruaçu.”* (CASCUDO, 1955:79) E por isso, os indígenas eram tão bem tratados pelos holandeses, já que serviam como executores dos anseios dos conquistadores em relação aos colonos, que eram executados sem justificativa convincente, assim, *“...essa gadaria indispensável às bocas do Recife, era o imperativo determinante desse regime de terror e de morte.”* (CASCUDO, 1955:79)

O autor reforça ainda, a importância do gado nas campinas do Rio Grande:

... a maior produção da capitania não era erva, açúcar, milho, ou farinha. Era o gado, a carne, a boiada, os fundamentos da ocupação flamenga e por esse motivo preferiram eles massacrar a população branca a perder os currais que forneciam comida aos quartéis e moradores do Recife. (CASCUDO, 1955:86).

Percebe-se então, que a abundância de víveres na Capitania do Rio Grande, e sobretudo a grande quantidade de gado existentes em suas campinas, constituíram-se num fator vital para o domínio holandês no nordeste brasileiro, como também objeto das incursões dos grupos armados que tentavam dessa forma desestabilizar a remessa de suprimentos para o Recife. Esses grupos intensificaram as suas ações após os assassinatos de colonos em Cunhaú e Uruaçu, que foram justificados pelo Supremo Conselho Holandês como focos de insurgentes, mas que na verdade segundo os autores, tais massacres visavam intimidar os moradores da capitania a realizar qualquer tipo de resistência.

Esses massacres *“...indignaram os colonos e os homens de armas. Todos os mestres de campo mais ilustres vieram pessoalmente ao Rio Grande bater os holandeses. André Vidal de Negreiros, Francisco de Filgueira, Henrique Dias e D. Antônio Felipe Camarão.”* (CASCUDO, 1955:79)

O ataque à fortificação holandesa na Lagoa de Guarairas, onde os flamengos exploravam uma grande quantidade de peixes, carne e farinha, que eram enviados para as guarnições da Paraíba e as outras capitanias ocupadas pelos flamengos, é relatado por todos os autores, com destaque para o “heroísmo” do chefe negro Henrique Dias, que com o seu terço de negros e algumas companhias, de outro “patriota”, o índio Felipe Camarão, arrasaram a casa-forte da chamada Ilha do Flamengo, que era bem guarnecida pelas águas da lagoa e com trincheiras construídas ao redor da fortificação, mas que não foram suficientes para conter o ímpeto dos “...nossos à casa forte, e levaram tudo a ponta da espada, não perdoando a sexo nem idade.” (GALVÃO, 1979:91)

Após ter derrotado Guarairas, Henrique Dias dirigiu-se ao engenho Cunhaú e intimou os holandeses à rendição, os holandeses já cientes do que havia ocorrido em Guarairas, procuraram ganhar tempo, porém, Henrique Dias ordenou aos seus comandados, que a tudo atesse fogo, “...e sem dúvida que tudo arderia, se, ao tempo de se lhe pôr fogo, não saíra de dentro uma mulher portuguesa, casada com flamengo, pedindo a Henrique Dias quartel para os cercados. Concedeu-lhe as vidas, e lhe abriram as portas.” (TAVARES DE LIRA, 1982:89)

Os ocupantes da fortificação foram feitos prisioneiros, e recolhidos os víveres encontrados, que foram entregues no Recife, estava então cumprida a missão de Henrique Dias, o lendário governador dos pretos, que juntamente com o índio Felipe Camarão são apresentados como símbolos da união das raças em prol da expulsão do invasores holandeses das terras brasileiras:

Sendo as vitórias dos patriotas de incalculáveis consequências para o movimento. Das causas múltiplas que o tinham impulsionado, diferença de raça, diversidade de religião, questões econômicas, interesses de toda a ordem, só uma prevalece agora: o sentimento de desafrenta nacional. (TAVARES DE LIRA, 1982:89)

É também Tavares de Lira que se detém de forma sucinta em relacionar as ações ocorridas no Rio Grande, com um movimento de maior amplitude, que era organizado em Pernambuco, como também a atitude de Portugal que recuperou sua autonomia política da Espanha, e sua delicada situação como tradicional aliado comercial da Holanda, impedia que fosse tomada uma atitude mais efetiva, afim de restaurar as suas capitanias nordestinas. Assim

D. João IV, que fora nomeado rei de Portugal, assumiu uma posição dúbia, em que aparentemente procurava abafar os levantes, e paralelamente incentivava as ações de retomada.

O governador Maurício de Nassau, que por todos os autores é descrito como uma exceção à regra de uma despótica companhia comercial, procurou junto a companhia fortalecer suas posições, afim de resguarda-las tendo em vista a nebulosa situação que se apresentava, porém não obteve retorno.

Dessa forma as divergências entre Nassau e a orientação dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, que só se detinham na obtenção de lucros, são apontados como um dos fatores pelo malogro das intenções flamengas no Nordeste do Brasil, mesmo porque os diretores da companhia se mostraram insensíveis aos apelos de Nassau em realizar um planejamento colonial e fortalecer-se o poderio militar flamengo nas terras ocupadas.

Dentro desse contexto os terrenos passaram a ser conquistados, não mais em guerrilha, como nos primeiros tempos da conquista, mas sim em assédios regulares de tropas organizadas sob o comando do mestre de campo André Vital de Negreiros. Seguiu-se a queda do Maranhão, que é reconquistado pelos moradores, antes ainda da partida de Nassau. *“Ninguém, daí em diante, duvida mais dos resultados da campanha. O governo de Lisboa repele qualquer proposta que não exclua a entrega das capitânicas ocupadas pelos flamengos.”* (TAVARES DE LIRA, 1982:91)

Os holandeses ficaram então ilhados no Recife, na expectativa de reforços da Europa, o que não foi possível, haja visto que, a Holanda estava envolvida em guerra com a Inglaterra, pelo “Ato de Navegação”, que absorveu a atenção do governo de Haia até 1654. O Supremo Conselho, aceitou a derrota e *“...solicitou a nomeação de três delegados, que com outros três por eles indicados, tratem das bases da capitulação,...”* E com isso, *“...em maio de 1654, o domínio português estava restaurado em todas as capitânicas anteriormente ocupadas pelos holandeses.”* (TAVARES DE LIRA, 1982:93)

O Forte dos reis Magos foi encontrado abandonado, pois seus ocupantes previnidos da capitulação do Recife, fugiram nos barcos que dispunham. Os autores de uma maneira geral, concluem que estava terminado então um período de “exploração” e de “terror”, em que os conquistadores nada fizeram para integrar os colonos a sua obra de conquista, e nem mesmo procuraram desenvolver a capitania, pois nenhum projeto realizaram

como polo colonizador, e o que ficou foi “...*somente, como lembrança, o impagável jugo flamengo, a tradição que não morre de provocações tremendas.*” (TAVARES DE LIRA, 1982:95)

IV - ANÁLISE SOBRE A BIBLIOGRAFIA REGIONAL ACERCA DO TEMA

1 – Identificação e reflexão sobre essa produção

Ao se proceder a leitura da invasão holandesa no Rio Grande do Norte por intermédio desses autores, fica-se com a impressão que a história apresentada já se encontrar totalmente definida, sem qualquer possibilidade de uma nova abordagem, ou um novo enfoque, acerca desse tema.

Tal constatação se deve a forma pela qual essa história foi registrada, e nesse caso, percebe-se facilmente, que os quatro autores norte-riograndenses, Câmara Cascudo, Hélio Galvão, Tavares de Lira e Olavo Medeiros Filho, se utilizaram largamente de relatos oficiais ou de cronistas da época, conforme seus interesses em utilizar um tipo de História voltada a representar o ideal dos vencidos, esse “...*gênero de história, essencialmente narrativa e de registro de fatos, continua sendo escrito pelos membros das sociedades históricas, academias e institutos introduzidos no século XVIII.*” (BORGES, 1988:68) Como se vê, essa descrição corresponde ao modo de produção historiográfica dos quatro autores em questão, que empreendem um formato positivista no relato dos fatos da ocupação flamenga no Rio grande do Norte, descrevendo “...*o passado como uma coisa acabada, completa e imutável.*” (SCHAFF, 1986:104)

O período de permanência dos holandeses no Rio Grande do Norte, é apresentado então, como extremamente nefasto ao desenvolvimento da capitania, e o papel reservado aos holandeses nessa história é o de simples exploradores de riquezas alheias, no caso, as de Portugal, e de executores cruéis de colonos que professavam a religião católica, e que suas pretensões quando aqui chegaram foram de “...*apoderarem-se de uma colônia em franco desenvolvimento, colhendo os frutos do trabalho e dos esforços de outros.*” Além de que, “...*raça, religião, língua, costumes, família, interesses, tudo nos prendia já aos portugueses: a sua ação seria pois, necessariamente perturbadora.*” (TAVARES DE LIRA, 1982:93-94)

Essa colocação de Tavares de Lira evidencia o caráter parcial que predomina na abordagem dessa História, e que, é passada da mesma forma pelos outros autores aqui selecionados. Assim, percebe-se uma polarização entre as partes beligerantes, na qual, desde o início, portugueses e holandeses são identificados como heróis e vilões respectivamente. Tal

atitude dificulta o entendimento dos reais interesses dos flamengos na Capitania do Rio Grande, que é apresentada apenas como um vasto curral, que deveria abastecer a Pernambuco e as outras capitanias sob controle holandês.

A presença holandesa no Rio Grande do Norte ficou indubitavelmente associada aos morticínios ocorridos no Engenho Cunhaú e no Porto de Uruaçu, esses episódios que são praticamente omitidos ou retratados de maneira casual pelos historiadores que tratam do período de ocupação holandesa no Nordeste do Brasil, são levantados com grande destaque pelos autores potiguares, que colocam o fator religioso como determinante na ocorrência desses fatos, que também é apresentado como o principal elemento inviabilizador para uma possível intenção de colonização holandesa no Rio Grande do Norte.

Esse antagonismo entre católicos portugueses e calvinistas holandeses, que tanto é ressaltado pelos nossos autores, funciona como um fator que caracteriza bem o caráter das partes nessa história, onde os conquistadores flamengos são sempre apontados como intolerantes no seu ódio aos colonos pelo fato desses serem adeptos da fé católica. Dessa forma os acontecimentos de Cunhaú e Uruaçu são apresentados com forte apelo sentimental, nos quais as mortes são relatadas com riqueza de detalhes e grande dramaticidade, de modo a exaltar a convicção religiosa e a nobreza de espírito dos luso-brasileiros, que são mostrados por seus sofrimentos como verdadeiros mártires.

Essa perspectiva adotada pelos quatro autores analisados é fundamentada pelos registros de cronistas da época, como os freis Raphael de Jesus e Manuel Calado, que certamente por suas formações e alinhamentos, procuraram tornar explícita a atitude de perseguição religiosa por parte dos holandeses, e tal orientação é seguida por todos os autores em questão, que reportam esses registros, inclusive com a descrição de fatos sobrenaturais de origem divina.

Todo esse enfoque voltado para o aspecto religioso, no qual é valorizada a resistência dos devotos seguidores da fé católica em se submeterem à conversão ao protestantismo calvinista holandês, serviu de base até para um processo de beatificação movido pela igreja católica do Rio Grande do Norte junto ao Vaticano, que após 10 anos em 21 de dezembro de 1998, reconheceu a veracidade dos documentos e relatos apresentados e concedeu o título de beato para 30 fiéis que morreram em Cunhaú e Uruaçu, por seus martírios, fé em Cristo e na Igreja Católica (TRIBUNA DO NORTE, 1998:17), embora que,

pela mesma história apresentada e que fundamentou todo esse processo, fique evidente que as vítimas desses episódios estivessem reunidas por outros motivos, e não por demonstração de convicção religiosa.

Em seu livro “Tempo dos Flamengos”, o pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello procura explicar o posicionamento dos Senhores de Engenho em relação aos conquistadores holandeses, e assim, revela que os produtores de açúcar luso-brasileiros se comportavam conforme variavam os seus interesses econômicos, assim, ora se adequavam a política comercial da Companhia das Índias Ocidentais, inclusive realizando acordos financeiros, ora se rebelando contra o domínio holandês, por consequência das dívidas junto a essa mesma companhia, resultando segundo Mello, na Insurreição Pernambucana de 1645. Esse paralelo foi colocado com a intenção de tornar mais clara a diferenciação na forma em que a história é apresentada, mesmo considerando-se as devidas particularidades existentes entre a realidade estrutural das capitanias do Rio Grande e a de Pernambuco, que funcionava como centro do Brasil holandês. Enquanto nossos autores se detiveram em procurar antagonizar as partes, de forma a colocá-los com interesses inconciliáveis, a valorizar ao extremo o impulso patriótico e a devoção católica dos luso-brasileiros, Gonsalves de Mello se dispôs a traçar um perfil mais realista dos personagens atuantes nesses conflitos, através de uma abordagem sociológica em que é valorizada sempre a motivação dos fatos, que são apresentados desvinculados de sentimentos predominantemente patrióticos ou religiosos, propiciando assim, uma variante de possibilidades na interpretação dessa história, o que não se verifica no relato de nossos autores, que assumem uma tendência em definir de forma inequívoca o caráter das partes envolvidas no confronto, de forma a legitimar o enfoque favorável dado aos portugueses. É dentro dessa perspectiva, um personagem foi destacado como símbolo das atitudes maléficas dos holandeses no Rio Grande, o alemão Jacob Rabbi, ou Jacó Rabi, delegado da Companhia das Índias Ocidentais juntos aos “tapuias”, representou nessa história o executor dos terríveis anseios dos holandeses em relação aos moradores da Capitania do Rio grande. Jacó Rabi, é freqüentemente denominado nos relatos, como o “corvo”, ou o “diabo”, que não procurou elevar o espírito selvagem dos índios, e que sintetizou bem, o caráter vil e exploratório dos conquistadores, que foi passado na produção historiográfica norte-riograndense sobre esse período.

Essa concepção predominantemente patriótica e romântica, era uma característica dos historiadores do século XIX, que consideravam a reflexão histórica inútil e meramente especulativa. (GLÉNISSON, 1986:20-23) Embora os autores aqui destacados pertençam a nossa contemporaneidade, empreenderam um gênero de história essencialmente narrativo, baseado em registros oficiais ou das crônicas de personalidades da época, que privilegiam sempre os vencedores, refutando qualquer possibilidade de uma nova interpretação aos acontecimentos, por adotarem um estilo positivista de retratar a História, onde os acontecimentos passados se mostram definitivamente construídos, não sendo passíveis de novas concepções, e que para descrevê-los “...*basta juntar um número suficiente de fatos bem documentados, dos quais nasce espontaneamente a ciência da História.*” (SCHAFF, 1998:102-103).

O efeito percebido ao se analisar comparativamente a história da ocupação holandesa no Rio Grande do Norte segundo os quatro autores selecionados, é o de que ressalvadas algumas particularidades, todos relatam de forma idêntica uma mesma história, como se determinados fatos, como a rendição da Fortaleza dos Reis Magos ou o exemplo de fidelidade do índio Jaguarari, houvessem sido acompanhados “in loco” pelos escritores, e não apenas registradas por pessoas envolvidas pelo clima da época e alinhadas com uma das partes. O episódio de Jaguarari desperta questionamentos ao se verificar a transcrição de seu discurso pelos autores, que em momento algum levantam qualquer dúvida quanto a fidelidade da fonte em que foi extraído, aceitando então, literalmente um discurso que prima pela elaboração sofisticada na forma, e que convenhamos, seria no mínimo inadequado para um índio daquela época, que vivia com os seus, e ainda, o conteúdo do discurso não condiz com a situação de sofrimentos que o mesmo havia passado por intermédio dos portugueses, aos quais havia devotado tanta dedicação. Essa situação evidencia um direcionamento dos autores com o intuito de reforçar o ideal de virtude presente nos portugueses e seus aliados, não se detendo que a História não é somente registro ou submissão aos documentos e às provas antigas, mas também revisão dos conceitos anteriormente estabelecidos. (GLÉNISSON, 1986:228-249).

Em virtude dessa realidade, a história da presença holandesa no Rio Grande do Norte se mostra bastante comprometida no tocante ao esclarecimento de vários aspectos, como as relações de produção envolvendo holandeses e colonos, assim como, a atitude dos conquistadores em relação aos escravos; ou mesmo aos índios de quem se aliaram, bem como,

as reais pretensões dos holandeses com relação a Capitania do Rio Grande, embora que sobre este aspecto, Medeiros Filho faça sugerir uma perspectiva de projetos flamengos de efetivação de núcleos de exploração econômica no Rio Grande, o que por sua vez sugere uma intenção de colonização efetiva do território, essa mesma idéia se esvazia com a retórica predominante em polarizar os ideais das partes, que são identificadas como o embate clássico do bem contra o mal, que é característico do ideal de uma “...ciência histórica positiva, clara, fundamentada apenas nos estudos dos documentos.” (SCHAFF, 1986:121)

Hoje, verifica-se uma complexidade crescente nos trabalhos do historiador, devido a grande ampliação ocorrida nas fronteiras da História, que hoje em dia procura escapar dos enfoques puramente locais ou nacionalistas, e tende a diversificar os seus objetos de estudo, voltando-se para a análise das estruturas sociais, sejam elas econômicas, políticas, culturais, religiosas, ou mesmo relativo à história do cotidiano, que possibilita desvendar o comportamento do indivíduo e de sua coletividade, e com isso identificar os valores humanos da época, tendo em vista uma melhor compreensão de sua realidade.

Essa perspectiva que atualmente predomina na produção histórica, foi difundida por um grupo de historiadores que dirigiam a revista francesa *Annales* a partir da década de 30. A chamada escola dos *Annales*, que teve como nomes principais, professores universitários como Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel, veio para ocupar um espaço da História-relato, construída pelo encadeamento de datas, fatos e personagens, sem caráter explicativo ou preocupação geral com todo o processo histórico ocorrido. (DUBY et al, 1980:9-21)

O grupo de *Annales* iniciou a chamada Nova História, que se caracterizou por imprimir o interesse por todos os aspectos das sociedades, e para isso, se mostrou aberta as outras áreas do conhecimento humano, marcando a passagem da História-narração para a História-problema, onde o passado mantém constante relação com o presente, e o historiador exerce a sua interpretação sobre o passado. (BORGES, 1988:34-39).

A história da ocupação holandesa no Rio Grande do Norte, da forma como foi passada, caracteriza perfeitamente a tendência positivista, relatando os ideais dos vencedores, o apelo patriótico, a personificação de heróis e vilões, o sentimento nativista que promoveu a união da nação, tendo em vista a expulsão dos invasores, enfim, todo um processo articulado

para a criação de mitos e com isso desarticular um melhor entendimento sobre outros aspectos que são obscurecidos na abordagem dessa história.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização desse estudo, procuramos em suma, expor as limitações que se encontram presentes na forma pela qual foi produzida a historiografia regional clássica, que trata do período de dominação holandesa no Rio Grande do Norte.

Essas limitações decorrem fundamentalmente pelo caráter factual e tendencioso que foi imposto na construção dessa história, dificultando com isso, uma melhor compreensão das motivações e dos reais interesses das partes envolvidas nesta disputa.

Partindo deste princípio, procuramos identificar quais são estas limitações, e as contradições verificadas pelo modelo adotado pelos autores em suas obras, que pela orientação seguida, tornaram reduzida a atuação dos conquistadores flamengos na Capitania do Rio Grande, que ficou direcionada para controvérsias de primazia religiosa, que teriam se cristalizado nos morticínios ocorridos durante o período de dominação, e que ficaram estigmatizados como lembrança maior da presença holandesa no Rio Grande do Norte.

O domínio holandês na Capitania do Rio Grande, conforme foi apresentado por nossos autores, ficou então indubitavelmente associado a atos de violência, intolerância religiosa e usurpações, que ficaram evidentes nas palavras de Tavares de Lira:

"...nada fizeram como povo colonizador...somente ficou, como lembrança impagável do jugo flamengo, a tradição que não morre, de provações tremendas".
(TAVARES DE LIRA, 1982:94-95).

Não pretendemos com esse trabalho desvalorizar a produção historiográfica potiguar levantada sobre esse tema, que mostra características da escola positivista, que ainda prevalece nos escritores ligados às academias e institutos históricos.

Pretendemos sim, a partir da verificação de determinadas restrições, levantar a necessidade de uma outra perspectiva na abordagem desse tema, que pode ser encontrada em uma outra forma de produção histórica, como foi apresentado neste estudo.

VI - BIBLIOGRAFIA

- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. Coleção primeiros passos. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. v.2.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à História**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.
- DUBY, G. et al. **História e Nova História**. 3.ed. Lisboa: Teorema, 1994.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 2.ed. Portugal: Editorial Presença, 1985.
- FIEST, Hildegard. **Pequena História do Brasil Holandês**. São Paulo: Moderna. 1998.
- GALVÃO, Hélio. **História da Fortaleza e da Barra do Rio Grande**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1979.
- GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 5.ed. São Paulo: Bertrand Brasil-Difel, 1986.
- HERÔNCIO, Paulo. **Os holandeses no Rio Grande**. Natal: Fundação José Augusto, 1980.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. 7.ed. São Paulo: Difel, 1985. t.1, v.1.
- MAURO, Frédéric. **História do Brasil**. São Paulo: Difel, 1974.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Os holandeses na Capitania do Rio Grande do Norte**. Natal. IHGRN, 1998.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flâmingos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 3.ed. Recife: Massangana. 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubroveio: o imaginário da restauração pernambucana**. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks. 1997.
- ONEFRE JÚNIOR, Manoel. **O diabo na guerra holandesa**. Mossoró: Nossa Editora, [1975].
- SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

TAVARES DE LIRA, Augusto. **História do Rio Grande**. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. A conquista e colonização da América portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). **História geral do Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, 21 dez. 1998. p.17.